



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2024

Presidente

Maria Eugénia Pimentel Leal

Deputados

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro	Liliana Maria Martins Dias
Hélder Herculano Pimentel Medeiros	Iola Maria dos Santos Pacheco Silva
António José Braga Sousa	Pedro Miguel Peres da Costa Pereira
Mariana Ferreira Salema	Cláudio Manuel Pacheco Medeiros
Bruno Gonçalo da Ponte Paiva	Amélia de Jesus da Paz Pacheco de Sousa
Maria Helena de Rodrigues e Ponte	Emanuel Frias Santos
Maria Rita Cabral Rodrigues	Rui Nelson Furtado Amaral
Sara Maria Couto Botelho	Arménio Maurino Correia Jardim
Alexandre Custódio Batista da Câmara Amaral	Luís Filipe Marques Soares Gomes
Nuno Alexandre Teixeira Sociedade	Flávio Miguel da Ponte Pacheco
Teresina de Fátima Garça Carreiro Teixeira	Rui Simas Santos
Alexandre Alberto Andrade Duarte	
Rúben Miguel Correia Rego	

Secretários

Bruno Miguel Arruda Machado

Maria da Conceição Frias Santos



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2024**

ÍNDICE

REGISTO DE PRESENÇAS

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÕES DOS CONVIDADOS

INTERVENÇÕES DOS PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO E DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS

ORDEM DO DIA

PONTO ÚNICO – E. N.º 10226/2024 – DEBATE DO ESTADO DO MUNICÍPIO –
URBANISMO



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2024**

-----Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila e no auditório do Centro Municipal de Formação e Animação Cultural, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência da senhora Maria Eugénia Pimentel Leal, secretariada pelo senhor Bruno Miguel Arruda Machado e pela senhora Maria da Conceição Frias Santos, na qualidade de primeiro e de segunda-secretária da Mesa da Assembleia, respetivamente. -----

-----A senhora Presidente declarou aberta a sessão eram vinte horas. -----

- Registo de presenças

Foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão, verificando-se a presença dos mesmos, à exceção do deputado municipal Armando dos Santos Rodrigues que se fez representar pelo deputado municipal Rúben Miguel Correia Rego. Igualmente ausentes estiveram os deputados municipais Hélder Herculano Pimentel Medeiros e Emanuel Frias Santos-----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, e os Vereadores Emanuel Sousa Medeiros, Carlos Manuel Melo Pimentel, Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa e Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, à exceção da vereadora municipal Eunice Maria Pinheiro Sousa, com funções temporariamente suspensas. -----

A Presidente da Assembleia Municipal informou que a sessão se dividiria em três partes, sendo a primeira parte reservada para as intervenções do Presidente da Câmara Municipal e dos convidados, seguida das intervenções dos autarcas locais (presidentes das juntas de freguesia) e, por fim, da intervenção do público e dos deputados municipais. -----

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Urbanismo, de uma forma geral, se relacionava com a organização e planeamento de espaços, como cidades e vilas, sendo entendido, igualmente, como um conjunto de práticas e ideias com ligações específicas a cada local. -----



A Presidente da Assembleia Municipal informou que a comissão permanente responsável pelo debate decidiu que o Presidente da Câmara Municipal faria a primeira intervenção, a qual consistiria numa apresentação sumária do novo Plano Diretor Municipal, em revisão. -----

O Presidente da Câmara Municipal interveio dizendo que o Planeamento é algo indispensável, sendo que, anteriormente, era uma forma que os Estados possuíam de impor a sua vontade aos cidadãos. Prosseguiu dizendo que, atualmente, os planos continuam a ser instrumentos de verificação obrigatória para com os cidadãos, mas que não existe um planeamento contra estes, mas sim um que tem em conta as suas opiniões e propostas. Prosseguiu referindo que uma câmara municipal tem competência para efetuar planos de gestão territorial em três níveis, nomeadamente um Plano Diretor Municipal, um Plano de Urbanização e Planos de Pormenor. Relativamente ao PDM de Vila Franca do Campo, referiu que, no plano anterior em vigor, foram detetadas duas áreas conflituantes com os interesses dos privados, nomeadamente zonas de quintas onde só era possível construir com uma área mínima de cinco mil metros quadrados, e uma área costeira com possível ligação a um maremoto em Vila Franca do Campo, o que dificultava qualquer tipo de remodelação nas moradias da zona. Relativamente às zonas de quintas, referiu que se tratou de um ordenamento interessante, mas que atualmente já não tinham a mesma função uma vez que diversas estavam abandonadas, devido à falta de mão de obra, aliado ao facto de não ser possível aos proprietários efetuar obras. Prosseguiu referindo que a feitura de um PDM não é da exclusiva competência da Câmara Municipal, havendo diversos organismos do Estado que interferem, igualmente, na sua elaboração. -----

O Presidente da Câmara Municipal mostrou diversas alterações efetuadas ao PDM, em diferentes áreas de Vila Franca do Campo, começando por Água d'Alto, exemplificando áreas que, anteriormente, eram consideradas urbanas, mas planificadas, significando que quando um proprietário quisesse efetuar obras, tinha que contactar os vizinhos circundantes e atravessar outras complicações burocráticas. Prosseguiu dizendo que, com a revisão, em tais áreas já seria possível edificar com um acréscimo de cinquenta metros para cada um dos lados, com uma estrada infraestruturada, o que dispensaria as exigências anteriores. -----

O Presidente da Câmara Municipal informou que o processo de consulta pública já tinha terminado, tendo ocorrido dezoito participações com propostas, sendo regra geral da



Câmara Municipal de as aceitar, estando a decisão final sob a responsabilidade do Governo Regional. Prosseguiu dizendo que ocorreram alterações à legislação sobre o ordenamento do território, sendo que todas as autarquias foram obrigadas a alterar os seus planos diretores municipais, existindo três autarquias nos Açores que possuem os PDMs aprovados, nomeadamente Velas (São Jorge), Corvo e Nordeste, que fizeram pequenas alterações apenas. Prosseguiu demonstrando uma antiga “zona de quintas” que passaria a ser uma “Zona de Aglomerados Rurais” (incluía a Canada de Santana), mostrando toda a nova área que poderia ser urbanizável, contendo duzentos metros quadrados de implantação. Mais disse que tinham aprovado uma nova proposta que permitiria aumentar para quatrocentos metros quadrados de construção, deixando de ser considerados os duzentos metros quadrados de implantação, sendo cada caso tratado individualmente. Prosseguiu mostrando uma canada com acesso ao parque de estacionamento em construção na Rua das Hortas, a qual também foi requisitada que fosse incluída na zona de aglomerados rurais, considerando que ainda estava localizada numa zona de quintas. Mais disse que, anteriormente, eram zonas de quintas nas quais só se podia construir numa área de cinco mil metros quadrados, sendo que a moradia correspondia a quinhentos metros e o restante era destinado a quintas, sendo algo insustentável e motivo para terem alterado a classificação para “aglomerado rural”. -----
Prosseguiu exemplificando a área da Ermida de São João (Ribeira Seca) que teria as mesmas características dos aglomerados rurais, como aplicaram a mesma regra de construção de cinquenta metros para cada um dos lados de Estrada Regional. -----
Relativamente à freguesia de Ribeira das Tainhas, exemplificou duas alterações, sendo a primeira uma área de quintas, nomeadamente a área da Canada do Cemitério com a mesma possibilidade de construção ao lado da via e outra na Canada das Amoreiras, com a mesma lógica anterior. -----
Relativamente a Ponta Garça, referiu que pretendiam que pudesse surgir uma estrada do Bairro do Meio Moio até à Estrada da Lazeira, deixando para futuro planeamento, bem como uma nova estrada entre a zona do Caminho Novo até à Cancela do Ferreiro. -----
O Presidente da Câmara Municipal informou que aguardavam que os membros da equipa geral se pronunciassem relativamente às pequenas alterações que referiu. -----
A Presidente da Assembleia Municipal efetuou a apresentação do primeiro convidado, nomeadamente o Arq.º Fernando Jorge Coutinho Monteiro da Câmara Pereira. -----



O Arq.º Fernando Pereira iniciou a sua apresentação, intitulada “O Indivíduo e o seu Território: Identidade Urbana e Valor Cultural e Económico”, começando por apresentar alguns conceitos-base sobre o Indivíduo, Identidade e Território. Realçou que o desenvolvimento de um território deverá sempre considerar as suas raízes, sendo importante o seu reconhecimento por parte da população e das coletividades, como deverá existir sensibilização que ensine, concretamente, em que consiste o “Património” e qual o seu valor. Prosseguiu informando que as entidades públicas deverão ser veículos reguladores de renovação e modernização do território promovendo, por um lado, a sua preservação e, por outro, como estímulo de uma nova dinâmica sócia-económica ajustada aos desafios contemporâneos. Relativamente a propostas de atuação, referiu ser importante promover a qualidade de vida e bem-estar da população, reforçando a atratividade residencial através de condições que fixem as populações em zonas urbanas, evitando uma expansão urbana em áreas rurais. Prosseguiu alertando para a necessidade de uma maior controle sobre a especulação imobiliária, através de um maior controle de licenciamentos de unidades de alojamento local, bem como uma necessidade de melhoria da acessibilidade interna e externa, através da criação de ciclovias, maior promoção de utilização de transportes coletivos, entre outros. Realçou a necessidade de se impulsionar as condições para o reforço da competitividade da base económica urbana, através da requalificação do espaço público, da preservação do património cultural e da valorização da identidade do território. -----

Relativamente a propostas para Vila Franca do Campo, sugeriu que deverá ser promovida a afirmação do concelho no contexto regional como polo de desenvolvimento socioeconómico, de forma a atrair investimento privado, enquanto deverão ser criadas condições para fixar população no seu espaço territorial. Em segundo lugar, referiu que deverão ser valorizados os recursos naturais do concelho como motor de desenvolvimento do setor turístico potenciando os recursos marítimos ou as atividades agrícolas. Em terceiro lugar, deverá ser promovido a valorização do vasto património arquitetónico do concelho como base identitária do território, criando mecanismos para estimular a adaptação de imóveis com valor patrimonial para outras funções com maior rentabilidade económica, destacando o património arquitetónico religioso, industrial e o núcleo histórico limitado a poente pelo Convento dos Franciscanos e a nascente pelo Largo Bento de Góis. -----

Prosseguiu mostrando exemplos da evolução ocorrida no concelho ao longo do tempo e



os impactos que tiveram no concelho, realçando a necessidade da preservação do património e da identidade cultural. -----

O arqueólogo Diogo Teixeira Dias iniciou sua apresentação, intitulada Património Cultural e Reabilitação Urbana - Crescimento e Preservação, começando por definir Património Cultural como algo coletivo e transmissível. Prosseguiu referindo que o património cultural permite a criação de mais memórias, constituindo um repositório coletivo é dinâmico, pois altera-se, transforma-se e perde-se, devendo assentar em três pilares, nomeadamente a Investigação, o Planeamento e a Comunicação. Prosseguiu exemplificando de que forma as praças foram invadidas com construções, ao longo do tempo, com a criação de quiosques jardins entre outros, realçando que a falta de Investigação, Planeamento e Comunicação resulta em perdas materiais, perdas de informação, e referências enviesadas. Relativamente a linhas de atuação, quanto à Investigação, deverá ser revisto o estado da arte, como deverá ser feita uma promoção da investigação científica e o maior diálogo com o território privado e público. Quanto ao Planeamento, deverão ser criados ciclos de melhoria contínua, tal como deverá ser implementado um orçamento participativo, e deverá ser regulamentada a utilização do espaço público. Quanto à Comunicação, o património imóvel deverá estar aberto ao público, como deverão ser criados roteiros de património cultural e promovida a transição para o digital. -----

O terceiro convidado, engenheiro Carlos Soares contextualizou o arquipélago dos Açores e os diferentes consumos energéticos da região. Prosseguiu informando as percentagens de produção renovável nos Açores, de diferentes fontes, referindo que a estratégia açoriana para a energia 2030 contemplava uma energia limpa que respeita o ambiente de forma fiável segura, competitiva com o custo que permite o eficaz funcionamento da economia, e abrangente para todos. Prosseguiu destacando alguns projetos no âmbito do PRR, nomeadamente o aumento de potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade, a aposta na ilha do Corvo com energia totalmente renovável e a instalação de sistemas de abastecimento de energia elétrica em seis ilhas. Prosseguindo destacando outros projeto, nomeadamente o SOLENERGE, constituindo um incentivo financeiro para a aquisição de sistemas fotovoltaicos, ou PROENERGIA , sendo um sistema de incentivos à produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis. Prosseguiu informando que pretendem dar importância a uma maior mobilidade elétrica e a veículos elétricos, considerando os avanços tecnológicos, bem como através de um



[Handwritten signatures in blue and black ink]

aumento da rede de pontos de carregamento. Prosseguiu destacando o sistema de certificação energética de edifícios, entre outros projetos em curso pelo Governo Regional no âmbito energético. -----

O Presidente da junta de freguesia de São Pedro, Flávio Pacheco, apresentou um resumo do trabalho que tem sido desenvolvido na freguesia, ao longo dos anos, começando com a construção do polidesportivo e parque infantil do o Aldeamento do Ilhéu, seguido da realização de um projeto em colaboração com a Câmara municipal e o Governo Regional, nomeadamente a requalificação de uma zona verde e parque de estacionamento na Estrada Real. Prosseguiu informando que têm sido feito diversas obras no edificado de pessoas carenciadas, como estiveram envolvidos na requalificação da rotunda com a colocação de uma talhinha de barro. Prosseguiu destacando as melhorias na Acessibilidade, a criação do Roteiro das Olarias, que incluiu a requalificação de duas olarias, promovendo a identidade cultural, a requalificação de fontanários com pinturas históricas, a construção do Miradouro do Tanque, um baloiço decorado com motivos históricos alusivos ao mar e ao ilhéu. Destacou a colocação de floreiras em diversas vias, a renovação do edifício da sede da junta de freguesia, a requalificação do Jardim doutor António da Silva Cabral, preservando a identidade do espaço, com futura colocação de mesas e bancos na zona da pérgula, e a colocação de um campo sintético no campo de Crockett que permitia a prática durante todo o ano, independentemente das condições meteorológicas. Destacou a construção do campo de Padel, amplamente visitado e potenciando novo dinamismo na freguesia, a pavimentação das vias e os melhoramentos dos passeios e novas instalações desportivas ao lado do campo de pádel. Relativamente ao futuro, informou que fariam a segunda fase de requalificação da junta de freguesia, recuando a entrada principal da junta de freguesia o que permitiria a entrada de cadeiras de rodas. Referiu que rentabilizariam um espaço ao lado do polidesportivo, nomeadamente com a criação de um pequeno parque infantil e a criação do Salão Comunitário de são Pedro, que permitiria às diversas associações da freguesia terem um espaço e uma sede, um lugar para arrecadação e para ensaios, como para toda a população poderia utilizar para diversos eventos privados, bem como as atividades da junta de freguesia. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, Rui Amaral, na sua intervenção, recordou que a freguesia evoluiu muito consideravelmente nos últimos anos, sendo, atualmente, uma freguesia em expansão. Informou que a junta de freguesia esteve



presente na discussão da nova revisão do PDM, como agente proativo e de divulgação junto da Câmara Municipal, realçando a construção da futura via como sendo uma mais-valia para os seus habitantes, promovendo uma maior fixação na freguesia e evitando a desertificação. Informou que têm sido agentes pró-ativos junto do Governo Regional na recuperação do património edificado cultural, bem como o património imaterial, referindo que manteriam o presépio no antigo edifício do plano dos centenários, reabilitado, promovendo o património, a tradição e a cultura. Destacou a reabilitação de fontanários e instalação de floreiras. Relativamente ao futuro, referiu que o parque infantil permitiria fixar e agradar diversos habitantes da freguesia, bem como seria apresentado um novo projeto de um aglomerado populacional que permitiria ajudar novas famílias e desafogar as existentes, como promoveria a fixação de novos casais jovens. Relativamente a propostas para a autarquia, sugeriu a implementação de um simplex urbanístico, já implementado noutros concelhos, considerando as boas condições técnicas da autarquia, sendo algo que facilitaria quem quer construir ou modernizar, não só para projetos de habitação, mas também para projetos comerciais. Prosseguir enaltecendo o trabalho arqueológico que tem sido realizado pela autarquia, realçando o potencial turístico, como deveria ser feita uma consciencialização com os cidadãos de que é uma mais-valia para o futuro. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira das Tainhas, Arménio Jardim, na sua intervenção, referiu que algumas casas abandonadas foram convertidas para unidades de alojamento local, através de investimento privado, o que atraia mais pessoas a freguesia. Prosseguiu referendo que, com a nova revisão do PDM, a freguesia estava a crescer nas canadas com a construção de novas casas. Referiu que, com o apoio da Câmara Municipal foram construídos três parques de estacionamento, sendo ainda insuficiente, sobretudo no período de verão. Quanto à mobilidade, referiu que metade da Canada da Galega ainda era em pedra de calçada, dificultando a passagem dos turistas e veículos, como tinham solicitado, por diversas vezes, a manutenção da estrada regional nalgumas zonas, que acabavam apenas por ser tapadas. Realçou que o crescimento turístico tem sido positivo bem como o investimento privado, acreditando que a freguesia tem potencial contribuir para o aumento do turístico do concelho, sendo necessário acompanhar a evolução, nomeadamente com a futura criação do primeiro santuário Mariano da ilha de São Miguel, na ermida da Senhora da Paz, o que necessitaria de de uma maior aposta na mobilidade, de forma a evitar problemas no futuro. -----



O Presidente da Junta de freguesia de Ribeira Seca, Rui Santos, na sua intervenção, referiu que a defesa da qualidade de vida e a preservação da História deveria ser tida em conta, com a construção de espaços agradáveis, saudáveis e que pudessem garantir qualidade às gerações futuras. Referiu que a freguesia apresenta boas infraestruturas, nomeadamente com um polidesportivo com piso sintético, centro comunitário e parque infantil, e tem tido aposta em estacionamento, possuindo, também, boa localização com o centro. No entanto, realçou que um dos problemas está relacionado com a degradação de casas desabitadas, defendendo a criação de uma estratégia municipal e condições para que mais pessoas possam fixar residência na freguesia. Destacou as dificuldades financeiras que os jovens têm para adquirir a construir uma casa, sendo necessário a criação de um plano de aquisição de recuperação de habitações degradadas na freguesia, possibilitando arrendamento com opção de compra para casais jovens, ou a aquisição de um terreno da autarquia para a construção de mais habitações. Recordou que o antigo edifício da escola primária continuava encerrado, havendo uma intenção prematura de reabilitar o edifício como uma nova creche, promovendo o património e colmatando uma grande necessidade das famílias. Prosseguiu recordando que os moinhos são parte integrante da história da economia da freguesia, estando em ruínas atualmente, apenas acessíveis através do percurso pedestre, considerando ser importante reabilitar estes moinhos através de um roteiro próprio, dando a conhecer a importância dos mesmos para a freguesia, aumentando o conhecimento do património local. Destacou a futura ampliação do parque industrial, que traria mais riqueza e mais postos de trabalho, e o crescimento em massa do turismo, sendo importante criar regras para preservar as paisagens, nomeadamente quanto à construção de futuros empreendimentos, apostando em qualidade e não em quantidade. Prosseguiu realçando a importância de garantir e preservar o território nos setores primários, agricultura e pescas. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, Luís Gomes, começou a sua intervenção destacando o problema da mobilidade na freguesia, considerando as estradas de reduzidas dimensões da mesma. Referiu que a solução passaria pelo fecho de algumas vias, passando a circulação do trânsito a ser feita de forma circular, entre outras alterações graduais. Destacou a valorização dos espaços culturais, como o Forte do Tagarete, sendo uma mais-valia para o concelho e que, aliado ao ilhéu, deveria possuir um centro de interpretação e observação. Destacou o património religioso arquitetónico da freguesia,



nomeadamente a passagem da Ermida da Senhora da Paz a Santuário Mariano, o que necessitaria de uma rápida intervenção relativamente aos acessos. Quanto aos espaços verdes e de lazer, referiu haver uma intenção de dinamizar o espaço da Casa da Balança, tendo sido com agrado que receberam a notícia que o contrato de cedência estava para avançar, sendo intenção a construção de um espaço de lazer com um parque infantil, para promover as atividades infantis com todas as condições. Relativamente à habitação, alertou que o município teria até mais cem apartamentos nos dois anos seguintes, com a construção dos empreendimentos multifamiliares da Rua Pão do Vigário e da Rua dos Foros, questionando se o concelho estaria preparado em termos de tratamento de águas e recolha de resíduos para estas novas habitações. Referiu que a freguesia tem sofrido diversas alterações urbanísticas, com grande incidência na orla marítima, como a Av. Vasco da Silveira e a Praia do Corpo Santo, como foram construídos diversos parques de estacionamento, e repavimentadas diversas vias. -----

O Presidente da Câmara Municipal recordou que um presidente de câmara pode criar entropias ao desenvolvimento de um concelho, como poderá ser demasiado aventureiro e construir obras megalómanas com dificuldade na sua sustentação. Referiu que o concelho tem tido uma evolução natural, nomeadamente na costa marítima, com pontos de convivência e lazer. Referiu que um presidente deverá ter em conta a evolução da própria ilha, e a localização de futuras unidades hoteleiras, destacando antigos lugares como o Poço Largo, que, anteriormente, se destinavam à construção de unidades hoteleiras e presentemente se destinava a espaços de lazer. Referiu que privilegia os cidadãos locais, mas que o concelho teria três unidades hoteleiras, no futuro, localizadas nas montanhas e não nos centros urbanos. Destacou que a construção de vias ao largo da costa retirava o encanto das encostas da ilha, sendo que o acréscimo de mais breu e cimento tinha grande impacto, não sendo o caminho que pretendia para o município. Referiu que concordava com a futura construção da via em Ponta Garça sendo muito positivo considerando que a freguesia tinha um estrangulamento muito acentuado. Referiu ter uma experiência desmotivante quando se trata da classificação de edifícios, existindo um fundamentalismo geral, destacando duas igrejas a necessitar de conservação, mas que dava prioridade à construção de casas para os cidadãos, com esperança que surgisse financiamento para a conservação, sobretudo do Convento de Santo André. Destacou a necessidade de construção de parques de estacionamento em todas as freguesias, o interesse na aquisição de antigos moinhos na freguesia de Ribeira Seca, a futura circulação da freguesia de São



Miguel, bem como assegurou que não faltaria água, tendo adquirido todos os terrenos circundantes com nascentes de águas e em processo de renaturalização das respetivas áreas. -----

O arquiteto Nuno Costa, no uso da palavra que lhe foi conferido, recordou que o PDM é um instrumento utilizado para definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável, existindo quatro pilares relacionados com questões económicas, sociais, culturais e ambientais. Realçou a questão do património e a necessidade de proteger e salvaguardar a identidade, informando da existência de outros instrumentos de salvaguarda do património, exigidos pelo próprio regime jurídico e que são complementares e têm de estar harmonia com os planos diretores municipais. Destacou ser importante a preservação da identidade, não só por ser diferenciada de outros locais como também por acrescentar valor ao próprio município e ao cidadão. Relativamente à habitação, informou que a lei-quadro da Habitação também prevê as cartas municipais de habitação e a possibilidade de criação de conselhos municipais de habitação para diagnóstico e definição de estratégia. Referiu que existem planos de ação climática para garantir harmonia e que não haja um impacto negativo na paisagem. Quanto ao alojamento local e às casas reabilitadas, questionou se seria uma realização de qualidade e correspondia às expectativas. Referiu que obras de grande dimensão efetivamente têm um impacto visual na paisagem, pelo que a sua ponderação deverá ser considerada. Referiu que, historicamente, os municípios sempre estiveram de costas voltadas para o mar, construindo marginais ao longo da orla marítima e com grande impacto na orla costeira. Destacou que os planos futuros deverão estar interligados como a visão geral para o território, promovendo o desenvolvimento económico social e cultural e também ambiental. Relativamente a parques de estacionamento, destacou que muitos parques recentes são para remediar problemas pontuais, quando deveria haver uma estratégia de desenvolvimento de abertura de novas estradas. -----

O senhor Duarte sugeriu a construção de uma piscina municipal. -----

A deputada municipal Mariana Salema, no uso da palavra que lhe foi conferida, questionou quais eram os benefícios do Simplex Urbanístico e possíveis entraves que colocava à autarquia. -----

O arquiteto Nuno Costa recordou que existia uma série de procedimentos no âmbito do licenciamento camarário de obras que obrigava a que existisse um licenciamento, o qual foi simplificado passando a existir uma comunicação prévia. Informou que um cidadão



simplesmente comunica à Câmara municipal que fará uma obra, não estando isento de todas as regras urbanísticas. Referiu que o Simplex urbanístico prevê a implementação de uma plataforma eletrónica para submissão de todos os processos urbanísticos, bem como permitia o seu acompanhamento. -----

O senhor Paulo Duarte no uso da palavra que lhe foi conferido, congratulou o trabalho realizado pela Câmara Municipal no geral, bem como as juntas de freguesia. Destacou o trabalho científico realizado pelos técnicos da autarquia quanto à preservação do património histórico. Demonstrou satisfação quanto à revisão do plano diretor municipal, perspetivando um maior crescimento económico. -----

O Presidente da Câmara Municipal, na sua intervenção final, confirmou haver um excelente relacionamento entre a Câmara Municipal e todas as juntas de freguesia para encontrar as melhores soluções para satisfazer as necessidades coletivas. Referiu que a Câmara Municipal deveria ter uma orientação e alguém que determinasse e orientasse, destacando não ter sido fácil alterar as quintas para aglomerados rurais. Realçou que eram feitos estrangulamentos ao desenvolvimento da atividade a Vila Franca do Campo, destacando, igualmente, a questão do maremoto e que tinha impacto nalgumas áreas, tendo requerido um plano de risco muito maior, de forma a convencer os técnicos de que era possível efetuar algumas intervenções. Prosseguiu destacando uma norma que se mantém presente na atual revisão do plano diretor municipal, relacionada com o programa de construção nas encostas e que considera que, desde que haja um estudo geológico que permita a construção de habitações nas encostas rochosas, poderia ser permitido a construção. Relativamente ao Simplex Urbanístico, destacou ser uma legislação recente aprovada na Assembleia da República, que permitia a comunicação desde que assinada por um técnico reconhecido pelas respetiva Ordem, para prosseguir, pelo que as câmaras mantinham sempre a decisão de negar. Referiu que o Simplex urbanístico responsabiliza mais os engenheiros e os arquitetos, sendo que as câmaras municipais deveriam se adaptar mais com a fiscalização do que no deferimento de projetos. Prosseguiu dizendo que existem outros planos não relacionados com o ordenamento do território, nomeadamente planos setoriais. Relativamente à construção de uma futura piscina, referiu ter prioridade na habitação, na repavimentação das vias, maior incremento de atividade económica, sendo que uma piscina não era considerada uma prioridade. -----

A Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos os convidados e intervenientes na discussão das questões relacionadas com urbanismo, destacando ser



uma temática de difícil consenso, e que não deveriam ser esquecidas os pilares de sustentação da intervenção em urbanismo, nomeadamente as relacionadas com a Investigação, Planeamento e Comunicação, escutando aqueles que estão mais próximos dos cidadãos, os autarcas locais. -----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo vinte e duas horas e cinquenta minutos, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Eugénia Leal, declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Bruno Miguel Arruda Machado, Secretário da Mesa da Assembleia, mandei escrever e subscrevo. -----

Declaro ainda que a presente ata contém catorze folhas. -----



